

DIA RIO

do Assembleia da República

VIII LEGISLATURA

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2001-2002)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 9 DE NOVEMBRO DE 2001

Presidente: Ex.^{mo} Sr. João Bosco Soares Mota Amaral

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Artur Rodrigues Pereira dos Penedos
José de Almeida Cesário
António João Rodeia Machado

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 15 minutos.

Procedeu-se ao encerramento do debate conjunto, na generalidade, das propostas de lei n.^o 104/VIII — Grandes Opções do Plano para 2002 e 105/VIII — Orçamento do Estado para 2002, que mereceram aprovação. Produziram intervenções, além do Sr. Ministro da Presidência e das Finanças (Guilherme d'Oliveira Martins), os Srs. Deputados Fernando Rosas (BE), Isabel Castro (Os Verdes), Paulo Portas (CDS-PP), Bernardino Soares (PCP), Manuela Ferreira Leite (PSD) e Francisco de Assis (PS).

A Câmara deu, ainda, assentimento à viagem de carácter oficial do Sr. Presidente da República a São Paulo nos dias 21 e 22 do corrente e a Lima nos dias 23 e 24 do corrente.

Foi aprovado o projecto de resolução n.^º 163/VIII — Comissão Parlamentar de Inquérito ao Desastre de Camarate (PSD).

Por fim, foram aprovados cinco pareceres da Comissão de Ética, autorizando igual número de Deputados do PS a prestarem depoimento, como testemunha, em tribunal.

O Sr. Presidente encerrou a sessão eram 12 horas e 10 minutos.

O Sr. Presidente (Mota Amaral): — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 10 horas e 15 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Partido Socialista (PS):

Agostinho Moreira Gonçalves
 Aires Manuel Jacinto de Carvalho
 Alberto Bernardes Costa
 Américo Jaime Afonso Pereira
 Ana Catarina Veiga Santos Mendonça Mendes
 Ana Maria Benavente da Silva Nuno
 António Alves Marques Júnior
 António Alves Martinho
 António Bento da Silva Galamba
 António de Almeida Santos
 António Fernandes da Silva Braga
 António Fernando Marques Ribeiro Reis
 António Fernando Menezes Rodrigues
 António José Gavino Paixão
 António Manuel Dias Baptista
 António Manuel do Carmo Saleiro
 Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho
 Artur Rodrigues Pereira dos Penedos
 Carlos Alberto
 Carlos Alberto Dias dos Santos
 Carlos José Gonçalves Vieira de Matos
 Carlos Manuel Carvalho Cunha
 Carlos Manuel Luís
 Casimiro Francisco Ramos
 Cláudio Ramos Monteiro
 Eduarda Maria Castro de Sousa
 Eduardo Ribeiro Pereira
 Fernando Manuel de Jesus
 Fernando Manuel dos Santos Gomes
 Fernando Pereira Serrasqueiro
 Fernando Ribeiro Moniz
 Filipe Mesquita Vital
 Francisco José Pereira de Assis Miranda
 Francisco Xavier Pablo da Silva Torres
 Gil Tristão Cardoso de Freitas França
 Gonçalo Matos Correia de Almeida Velho
 Helena Maria Mesquita Ribeiro
 Isabel Maria Batalha Vigia Polaco d'Almeida
 Isabel Maria dos Santos Barata
 Jamila Barbara Madeira e Madeira
 João Alberto Martins Sobral
 João Cardona Gomes Cravinho
 João Francisco Gomes Benavente
 João Pedro da Silva Correia
 João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira
 Joaquim Augusto Nunes Pina Moura
 Joaquim Sebastião Sarmento da Fonseca Almeida
 Jorge Lacão Costa
 Jorge Manuel Gouveia Strecht Ribeiro
 Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho
 José Alberto Leal Fateixa Palmeiro
 José Alberto Rebelo dos Reis Lamego
 José Aurélio da Silva Barros Moura
 José Carlos Correia Mota de Andrade
 José Carlos da Cruz Lavrador
 José Carlos Lourenço Tavares Pereira

José Carlos Pinto Basto Mota Torres
 José da Conceição Saraiva
 José de Matos Leitão
 José Eduardo Vera Cruz Jardim
 José Ernesto Figueira dos Reis
 José Manuel de Medeiros Ferreira
 José Manuel Pires Epifânio
 José Manuel Rosa do Egípto
 José Miguel Abreu de Figueiredo Medeiros
 José Miguel Marques Boquinhas
 Jovita de Fátima Romano Ladeira
 Júlio Francisco Miranda Calha
 Laurentino José Monteiro Castro Dias
 Luís Afonso Cerqueira Natividade Candal
 Luís Manuel Ferreira Parreira Gonçalves
 Luís Miguel Gomes Miranda Teixeira
 Luísa Pinheiro Portugal
 Luiz Manuel Fagundes Duarte
 Mafalda Cristina Mata de Oliveira Troncho
 Manuel Alberto Barbosa de Oliveira
 Manuel Alegre de Melo Duarte
 Manuel Francisco dos Santos Valente
 Manuel Joaquim Barbosa Ribeiro
 Manuel Maria Diogo
 Manuel Maria Ferreira Carrilho
 Margarida Maria Santos Soares da Rocha Gariso
 Maria Amélia do Carmo Mota Santos
 Maria Celeste Lopes da Silva Correia
 Maria Custódia Barbosa Fernandes Costa
 Maria de Belém Roseira Martins Coelho Henriques de Pinà
 Maria do Carmo de Jesus Amaro Sequeira
 Maria do Céu da Cruz Vidal Lourenço
 Maria do Rosário Lopes Amaro da Costa da Luz Carneiro
 Maria Fernanda dos Santos Martins Catarino Costa
 Maria Helena do Rêgo da Costa Salema Roseta
 Maria Isabel da Silva Pires de Lima
 Maria Luisa Silva Vasconcelos
 Maria Teresa de Oliveira Ferreira Coimbra
 Miguel Bernardo Ginestal Machado Monteiro Albuquerque
 Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura
 Osvaldo Alberto Rosário Sarmento e Castro
 Paula Cristina Ferreira Guimarães Duarte
 Paulo Alexandre de Carvalho Pisco
 Paulo Alexandre Homem de Oliveira Fonseca
 Pedro Ricardo Cavaco Castanheira Jorge
 Renato Luís de Araújo Forte Sampaio
 Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves
 Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz
 Rosalina Maria Barbosa Martins
 Rui do Nascimento Rabaça Vieira
 Rui Manuel Leal Marqueiro
 Sónia Ermelinda Matos da Silva Fertuzinhos
 Teresa Maria Neto Venda
 Victor Brito de Moura
 Victor Manuel Bento Baptista
 Vitor Manuel Alves Peixoto
 Victor Manuel Caio Roque
 Vitor Manuel Sampaio Caetano Ramalho
 Zelinda Margarida Carmo Marouço Oliveira Semedo

Partido Social Democrata (PSD):

Adão José Fonseca Silva
 Álvaro dos Santos Amaro
 Álvaro Roque de Pinho Bissaia Barreto

Ana Maria Martins Narciso
 Ana Maria Sequeira Mendes Pires Manso
 António da Silva Pinto de Nazaré Pereira
 António d'Orey Capucho
 António Edmundo Barbosa Montalvão Machado
 António Manuel da Cruz Silva
 António Manuel Santana Abelha
 António Paulo Martins Pereira Coelho
 Armando Manuel Dinis Vieira
 Arménio dos Santos
 Arnaldo Telmo Antunes Ferreira
 Artur Ryder Torres Pereira
 Bruno Jorge Viegas Vitorino
 Carlos José das Neves Martins
 Carlos Manuel de Sousa Encarnação
 Carlos Parente Antunes
 David Jorge Mascarenhas dos Santos
 Eduardo Eugénio Castro de Azevedo Soares
 Eugénio Fernando Sá Cerqueira Marinho
 Feliciano José Barreiras Duarte
 Fernando Jorge Loureiro de Reboredo Seara
 Fernando Manuel Lopes Penha Pereira
 Fernando Santos Pereira
 Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva
 Henrique José Monteiro Chaves
 Henrique José Praia da Rocha de Freitas
 Hermínio José Sobral Loureiro Gonçalves
 Hugo José Teixeira Velosa
 João Bosco Soares Mota Amaral
 João Eduardo Guimarães Moura de Sá
 João José da Silva Maçãs
 Joaquim Carlos Vasconcelos da Ponte
 Joaquim Martins Ferreira do Amaral
 Joaquim Virgílio Leite Almeida da Costa
 Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto
 José António de Sousa e Silva
 José David Gomes Justino
 José de Almeida Cesário
 José Eduardo Rêgo Mendes Martins
 José Frederico de Lemos Salter Cid
 José Luís Campos Vieira de Castro
 José Luís Fazenda Arnaud Duarte
 José Manuel de Matos Correia
 José Manuel Durão Barroso
 Lucília Maria Samoreno Ferra
 Luís Cirilo Amorim de Campos Carvalho
 Luís Manuel Gonçalves Marques Mendes
 Luís Manuel Machado Rodrigues
 Luís Maria de Barros Serra Marques Guedes
 Luís Pedro Machado Sampaio de Sousa Pimentel
 Manuel Alves de Oliveira
 Manuel Castro de Almeida
 Manuel Filipe Correia de Jesus
 Manuel Joaquim Barata Frexes
 Manuel Maria Moreira
 Manuel Ricardo Dias dos Santos Fonseca de Almeida
 Maria do Céu Baptista Ramos
 Maria Eduarda de Almeida Azevedo
 Maria Manuela Aguiar Dias Moreira
 Maria Manuela Dias Ferreira Leite
 Maria Natália Guterres V. Carrascalão da Conceição Antunes
 Maria Ofélia Fernandes dos Santos Moleiro
 Maria Teresa Pinto Basto Gouveia
 Mário da Silva Coutinho Albuquerque
 Mário Patinha Antão

Melchior Ribeiro Pereira Moreira
 Miguel Bento Martins da Costa de Macedo e Silva
 Miguel Fernando Cassola de Miranda Relvas
 Nuno Miguel Marta de Oliveira da Silva Freitas
 Pedro Augusto Cunha Pinto
 Pedro José da Vinha Rodrigues Costa
 Pedro Manuel Cruz Roseta
 Pedro Miguel de Azeredo Duarte
 Pedro Miguel de Santana Lopes
 Rui Fernando da Silva Rio
 Rui Manuel Lobo Gomes da Silva
 Sérgio André da Costa Vieira

Partido Comunista Português (PCP):

Agostinho Nuno de Azevedo Ferreira Lopes
 Ana Margarida Lopes Botelho
 António Filipe Gaião Rodrigues
 António João Rodeia Machado
 Bernardino José Torrão Soares
 Bruno Ramos Dias
 Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas
 João António Gonçalves do Amaral
 Joaquim Manuel da Fonseca Matias
 José Honório Faria Gonçalves Novo
 Lino António Marques de Carvalho
 Maria Luísa Raimundo Mesquita
 Maria Natália Gomes Filipe
 Maria Odete dos Santos
 Vicente José Rosado Merendas

Partido Popular (CDS-PP):

António de Magalhães Pires de Lima
 Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca
 João Guilherme Nobre Prata Fragoso Rebelo
 João Nuno Lacerda Teixeira de Melo
 José Miguel Nunes Anacoreta Correia
 Luís José de Mello e Castro Guedes
 Luís Miguel Capão Filipe
 Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró
 Maria Celeste Ferreira Lopes Cardona
 Narana Sinai Coissoró
 Paulo Sacadura Cabral Portas
 Raúl Miguel de Oliveira Rosado Fernandes
 Sílvio Rui Neves Correia Gonçalves Cervan
 Telmo Augusto Gomes de Nórónha Correia

Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV):

Heloísa Augusta Baião de Brito Apolónia
 Isabel Maria de Almeida e Castro

Bloco de Esquerda (BE):

Fernando José Mendes Rosas
 Francisco Anacleto Louçã

Deputado Independente:

José Daniel Rosas Campelo da Rocha

O Sr. Presidente (Mota Amaral): — Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, o período da ordem do dia da sessão de hoje prevê o encerramento da discussão conjunta, na generalidade, das propostas de lei n.^{as} 104/VIII – Grandes Opções do Plano para 2002 e 105/VIII – Orçamento do Estado para 2002.

De acordo com o estabelecido, dou a palavra, em primeiro lugar, ao Sr. Deputado Fernando Rosas, em nome do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Fernando Rosas (BE): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: A esquerda republicana, que se pode considerar o antecedente histórico do actual PS, constituiu-se, enquanto projecto económico-social no primeiro pós-guerra, em torno de duas ideias-chave, para combater a crise financeira e o desequilíbrio orçamental de então: a reforma tributária assente no lançamento de impostos directos e progressivos sobre o rendimento e o controlo estatal sobre o mercado financeiro e cambial para tributar e combater a especulação financeira e cambial, conduzida então pela banca privada.

Foi obra tentada por vários ministros, desde 1920, mas sobretudo no biênio radical de Dezembro de 1923 a Fevereiro de 1925, com os governos de homens como Álvaro de Castro, Rodrigues Gaspar ou José Domingos dos Santos.

Essas reformas foram então ferozmente combatidas pelas forças vivas e pela direita política da época, com uma verdadeira mobilização subversiva contra o pagamento dos novos impostos, de que o *lock-out* de Setembro de 1924 contra o imposto do selo haveria de ser o emblema.

Mas, Srs. Deputados, quem verdadeiramente derrotou a obra financeira e fiscal da esquerda republicana foram os bonzos e os marechais do Partido Republicano. Em nome da sobrevivência no poder e de não descontentar a direita política e dos interesses, retiraram o «tapete» aos governos da esquerda republicana, esvaziaram e anularam as suas medidas e, a partir de 1925, passaram a adoptar a política financeira e fiscal da direita, pensando que com isso salvavam a pele. Enganaram-se! Para fazer a política económica e financeira da direita havia as forças políticas da direita, que os bonzos ajudariam a colocar no poder.

Mais de 80 anos depois, o actual debate orçamental invoca irremediavelmente esse confronto. Hoje, perante a vozaria da banca, dos grupos económicos, dos grandes interesses e dos partidos da direita, vozaria que rondou, por vezes, a sabotagem à economia nacional, os actuais bonzos e marechais do Partido Socialista assustaram-se e resloveram, entre vários outros recuos, «congelar» a reforma fiscal em aspectos essenciais do seu desenho, tirando também eles o «tapete» aos que, à esquerda, dentro e fora do Partido Socialista, a tinham concebido e feito aprovar. E esse recuo é um traço incontornável a marcar o presente Orçamento.

O Governo ameaça-nos com a crise internacional para fazer passar o Orçamento, mas é o Orçamento que abdica de tomar medidas contra os efeitos da crise em Portugal, excepto no plano salarial, onde prepara o agravamento da desvalorização real dos salários do trabalho; atenua as regras de controle do registo do *off-shore* da Madeira; alarga as isenções e os benefícios fiscais das sociedades gestoras de participações sociais; recua na tributação dos dividendos; recua no processo de englobamento, em particular no caso das mais-valias em IRS; revoga retroactivamente o regime das mais-valias em IRC; alarga os benefícios fiscais das mais-valias ao imobilizado incorpóreo.

Durante os anos da governação do PS, há mais-valias, na ordem dos 700 milhões de contos, geradas nas

empresas cuja tributação foi zero ou quase nada. O escândalo e a injustiça fiscais saem vencedores deste Orçamento.

O Governo do PS pode pensar que o bom caminho para fazer passar o Orçamento e sobreviver é ceder às pressões da direita política e dos interesses, mais uma vez. Mas este debate orçamental demonstrou que a direita lhés não agradece — mais uma vez, para fazer a política da direita há os partidos da direita.

Ao deixar a mensagem implícita de que não é possível fazer uma política sustentada de reformas à esquerda, o PS prepara o regresso da direita ao poder ou, então, transforma-se, ele próprio, numa variante rotativa do campo político da direita.

O Governo do PS pensa ter força para fazer passar este Orçamento e manter-se no poder voltando a forjar uma maioria absoluta contra o sentido da representação e da vontade parlamentar, voltando a caçar os apoios de um qualquer «videirinho» da política, pronto a prestá-los a custos módicos.

O Governo do PS não comprehende que com isso, mesmo que faça passar o seu Orçamento, dá o mais deprimente sinal de fraqueza e de desprestígio das instituições.

Gostaria de perguntar aos dirigentes nacionais do PS, aos Deputados do PS, ao líder da bancada do PS, aos Ministros do PS que escreveram ou, pública e enfaticamente, se pronunciaram contra a reedição do «orçamento limiano» se, afinal, as suas declarações não eram para levar a sério.

O Sr. Presidente (Mota Amaral): — Sr. Deputado Fernando Rosas, o tempo de que dispunha esgotou-se. Peço-lhe, por isso, para concluir.

O Orador: — Concluo já, Sr. Presidente. E pergunto ainda se a aprovação deste Orçamento vale a vossa honorabilidade política ou a violentação das vossas consciências.

Este Orçamento, Sr. Presidente — e assim termino —, começou como uma farsa e termina como uma vergonha para o actual Governo. Obviamente, vamos votar contra ele.

Aplausos do BE.

O Sr. Presidente (Mota Amaral): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Isabel Castro, em nome do Grupo parlamentar de Os Verdes.

A Sr.^a Isabel Castro (Os Verdes): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.[“] e Srs. Deputados: A votação, na generalidade, do Orçamento do Estado vai fazer-se sem surpresas, nem mesmo quanto ao processo utilizado. Um processo que vicia o debate democrático, que reduz os contactos do Governo com a oposição a mera formalidade protocolar e transforma em perigosa rotina um procedimento que a maioria do Parlamento e dos cidadãos não hesitou classificar como vergonha nacional.

Terá, assim, sem qualquer esforço, o Governo um Orçamento. Não tem, de certeza, o País nem a democracia o Orçamento de que necessita para ultrapassar as suas deficiências, os seus atrasos, as suas fragilidades.

Um mau Orçamento, afirmam Os Verdes, particularmente se se invoca a crise, porque, ao contrário de maior rigor,

lucidez e rigor, opta ainda por não falar verdade, nem na clareza de objectivos nem nos meios disponibilizados, nem nos calendários fixados. Um Orçamento incapaz de reorientar prioridades, de se questionar a si próprio sobre objectivos que traçou e que não quer avaliar.

Um mau Orçamento porque continua a viver à margem da realidade e a alimentar ficções, quer se fale nas opções feitas em megaprojectos, sobre os quais se continua a falar sem os repensar, quer se fale do Euro 2004, de duvidosa mais-valia social, para o qual o Governo, generoso, à custa dos contribuintes, não se poupa, não olhando a gastos nem à sua mais do que previsível derrapagem. Uma generosidade que, por outro lado, não se revela, por exemplo, quando se discute as necessidades educativas especiais, este ano pura e simplesmente ignoradas, ou a necessidade de abrigar mulher vítimas de violência, cujo projecto continua à espera.

Um mau Orçamento porque falho de realismo, rigor e transparéncia, baseado, como outros o foram no passado, em previsões de receitas fiscais, de crescimento e de inflação de duvidosa sustentabilidade; uma ausência de fiabilidade que não deixa margem para segurança nem para certezas, a não ser a única que os trabalhadores conhecem, desde há anos: a da chamada contenção salarial pública e, por reflexo, privada.

Um mau Orçamento também porque, poucos meses após ter dado os primeiros passos – que nós aplaudimos – para a tão esperada e necessária reforma fiscal, a suspende, cedendo aos grupos financeiros, embora o Governo evoque, com vergonha, razões que o próprio Partido Socialista, pela voz do Sr. Deputado João Cravinho, reconheceu infundadas. Uma decisão que brinda, seguramente, os movimentos especulativos mas que envergonha o País e a situação actual.

Um mau Orçamento, ainda, porque ignora uma questão fundamental das sociedades, a política de cidades e das áreas metropolitanas, que continuam sem uma definição dos modos de as gerir e de as equacionar nos mais diversos domínios.

Uma política que falta ainda neste mau Orçamento, que constantemente fala na crise mas, não obstante a evocar permanentemente, ignora os compromissos de Quioto, a mudança climática, a enorme dependência de Portugal face à produção de petróleo, a pesada «factura» que essa dependência representa para as empresas e para o País e nada propõe de concreto para inverter radicalmente a actual situação.

Este não só é um problema político, um problema energético, um problema económico, mas é também, cada vez mais, um problema de segurança, que a crise pura e simplesmente ignora ao não definir medidas na área dos transportes, na política de combustíveis, nos investimentos para alterar processos produtivos, na modernização dos processos tecnológicos necessários para a produtividade de que tanto se fala.

Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.^{as} e Srs. Deputados, este não é um Orçamento capaz de resolver o presente, muito menos em tempo de crise. Tão-pouco será o Orçamento para preparar e cuidar do futuro. É, pois, o Orçamento que, assumindo o compromisso que temos com os eleitores, o qual não deveremos violar, em nome da solidariedade e dos seus direitos, em consciência, iremos rejeitar na generalidade.

A Sr.^a Heloísa Apolónia (Os Verdes): — Muito bem!

O Sr. Presidente (Mota Amaral): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Portas.

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Hoje, é a «prova dos nove» da interrogação que fiz no primeiro dia deste debate. E recordo a forma como coloquei a questão: ou V. Ex.^a, Sr. Primeiro-Ministro, repete o erro do ano passado, ou, este ano, emenda a mão.

Temos, desde o início, a suspeita de que V. Ex.^a, enquanto Primeiro-Ministro, combinou tudo com um Deputado, negociou tudo com um Deputado; de que V. Ex.^a, enquanto Primeiro-Ministro, não procura verdadeiramente a melhoria do Orçamento mas apenas a sua passagem; de que V. Ex.^a, como Primeiro-Ministro, não está empenhado em retomar a confiança da economia mas apena em garantir a sua sobrevivência política.

O Sr. Basílio Horta (CDS-PP): — Muito bem!

O Orador: — Temos, desde o inicio, a suspeita, fundamentada no que sucedeu no ano passado, de que este Orçamento será viabilizado pelos votos do Partido Socialista e de um Deputado, ocasionalmente escolhido e disponível, com quem negociaram directamente, violando, a nosso ver, todas as regras e procedimentos institucionais.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Coloquei, em alternativa, a possibilidade de não estarmos certos e ter V. Ex.^a razão. Se V. Ex.^a tivesse razão, nada tinha negociado com qualquer Deputado, não tinha garantido a aprovação do Orçamento violando os procedimentos e as regras institucionais e, então, hoje, ele teria apenas os votos do Partido Socialista e não teria o voto de nenhum Deputado individualmente considerado. Então, seríamos nós a «dar a mão à palmatória». Teria V. Ex.^a razão, estaria a ser sincero e a nossa obrigação era, evidentemente, ajudá-lo a ir para casa fazer um segundo orçamento melhor para o País.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

Protestos do PS.

O Orador: — Hoje, é a «prova dos nove». Sempre dissemos que este Orçamento estava negociado da mesma forma que foi negociado o anterior: com um Deputado «pescado à linha», o que não equivale a qualquer racionalidade económica, a qualquer projecto de recuperação do País ou, sequer, a uma resposta portuguesa à dimensão da crise internacional que estamos a viver.

O Sr. Basílio Horta (CDS-PP): — Muito bem!

O Orador: — Creio bem, Sr. Primeiro-Ministro, que estávamos certos e o senhor não estava a ser sincero. O senhor, desde o inicio, tem este Orçamento negociado dessa forma e preferiu repetir o erro do ano passado a emendar a mão este ano.

Sr. Primeiro-Ministro — mesmo numa versão benigna —, «à primeira, caem todos; à segunda, só cai quem quer». À primeira, poderia ter-se tratado de uma excepção; à segunda, começa a confirmar-se uma regra. O primeiro terá sido o «orçamento do queijo»; este, é o «orçamento dos buracos do queijo»!

Aplausos do CDS-PP.

Sr. Primeiro-Ministro, este é um Orçamento de um país que tem a inflação a crescer, o crescimento a descer, a produtividade a marcar passo, a despesa a disparar, o défice sem controlo, o mercado de capitais no «chão», a confiança económica no seu ponto mais baixo, salários em atraso, falências em série! Foi esse o resultado da forma como o senhor negociou, no ano passado e este ano, o Orçamento do Estado.

Aplausos do CDS-PP.

Isto permite-nos, hoje, dizer que razão tivemos em não ir às reuniões que V. Ex.^a pediu à oposição...

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — ... porque tínhamos a legítima e fundada suspeita de que V. Ex.^a nos contratava para figurantes de uma peça cujo guião estava escrito, cujas cartas estavam viciadas e cujo desfecho marcado era este, Sr. Primeiro-Ministro.

Aplausos do CDS-PP.

Lembro-lhe que, quando nos escreveu a solicitar essas reuniões, lhe disse com clareza que, para nós — e com toda a razão, porque nos aconteceu o que aconteceu no ano passado —, havia uma questão prévia: ou o senhor garantia que queria negociar o Orçamento, como qualquer Primeiro-Ministro de um país civilizado, junto de partidos políticos que representam a Nação, que têm uma doutrina, que significam um projecto e, então, o senhor tinha de se comprometer a não fazer o que fez no ano passado,...

O Sr. Basílio Horta (CDS-PP): — Muito bem!

O Orador: — ...ou se o senhor não dava essa garantia prévia e a única coisa que podíamos pensar era que V. Ex.^a, se não tivesse propósito de emenda, pretendia exactamente repetir o que tinha feito no ano passado e, ainda por cima, obter a nossa complacência.

Por isso mesmo, Sr. Primeiro-Ministro, não estivemos em nenhuma dessas reuniões,...

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — ... e consideramos que fizemos muitíssimo bem porque, repito, as cartas estavam marcadas, o desfecho deste Orçamento estava viciado e o resultado era o previsível.

Não sei mesmo por que é que não nos limitámos à sessão inicial deste debate. Podíamos ter votado logo a seguir, porque já toda a gente sabia o que ia acontecer.

Aplausos do CDS-PP.

Sr. Primeiro-Ministro, muito se falou em filme e em guião durante todo este debate. Creio, Sr. Primeiro-Ministro — e permita-me falar-lhe com alguma autoridade porque, como sabe, sou cinéfilo — ,...

Risos do PS.

... que a pior coisa que o senhor podia ter feito às instituições, ao País, à economia e a si próprio era uma *reprise* de má qualidade face ao «filme» do ano passado.

As coisas, Sr. Primeiro-Ministro, como se vê pela sua própria cara, saíram-lhe pior este ano do que no ano passado.

Risos do CDS-PP.

E também ao Deputado em causa saíram pior este ano do que no ano passado!

Sr. Primeiro-Ministro, não faz sentido nenhum dizer que a situação do mundo é muito difícil (e claro que é), que o Ocidente está em guerra (e está), que a crise económica está generalizada (é verdade), que a situação portuguesa só pode piorar em função dos acontecimentos internacionais (o que também é verdade), não faz sentido pintar este cenário e depois propor-nos a aprovação de mais um «orçamento do queijo».

Sr. Primeiro-Ministro, a dimensão do problema não pode ser enorme face à exiguidade da solução que o senhor mais uma vez procurou!

Aplausos do CDS-PP.

E razão tivemos também, Sr. Primeiro-Ministro, em afirmar, aqui, mais uma vez, a clareza dos princípios. Não vale tudo, não vale tudo, Sr. Primeiro-Ministro, para lhe garantir um voto para aprovar, num certo momento, um orçamento!

Sei que esta é a solução mais cómoda para si, sei que esta é a solução que talvez se adeque melhor ao seu feitio, mas não é a solução que o estado da economia portuguesa requeria, merecia e necessitava, Sr. Primeiro-Ministro.

Por isso, terminamos este debate de cabeça erguida, terminamos este debate com a consciência tranquila, e, quero dizer-lhe pessoalmente, de olhos nos olhos, como o senhor costuma dizer, porque entre o nosso partido e o seu Governo existe um problema ético muito sério, que aconteceu no ano passado e que se repete este ano, que perdi um Deputado, que perdi uma câmara municipal mas tenho a consciência tranquila de que não sou parte deste atoleiro. V. Ex.^a terá ganho um voto, porventura, um orçamento, mas é parte e parte principal deste atoleiro em que se afundam as instituições do País.

Aplausos do CDS-PP, de pé.

O Sr. Presidente (Mota Amaral): — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Bernardino Soares, em nome do Grupo Parlamentar do PCP.

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Não é de mais lembrar, numa altura em que se aproxima o decisivo, mas há muito desvendado, momento da votação na

generalidade, o suposto processo de consultas e de abertura de diálogo com todos os partidos da oposição que o Governo desencadeou antes da entrega da proposta orçamental. Tratou-se, como já na altura se vislumbrava, de fazer passar publicamente a ideia de que o Governo procurava encontrar, junto de todos os partidos da oposição, apoio para a aprovação do Orçamento e de que estaria disponível para discutir com eles as diversas opções orçamentais.

O PCP, com o sentido de responsabilidade que sempre pauta a sua intervenção política, não se eximiu a participar nesse processo. Apresentámos até ao Governo um documento com as linhas fundamentais que, na nossa opinião, deviam informar o Orçamento do Estado para 2002. Mas, apesar de ter sido o próprio Governo a solicitar aos partidos a apresentação de sugestões, a única resposta que recebemos ao documento enviado foi a proposta de lei do Orçamento, apresentada na Assembleia da República. Registe-se a diferença do tratamento agora dado a um documento entregue por um partido da oposição e o tratamento dado, há sensivelmente um ano, a um requerimento apresentado por um Deputado, não sei se também a pedido do Governo, que obteve resposta rápida e afirmativa.

Na verdade, como se provou no debate na generalidade, tanto a solução numérica para a aprovação do Orçamento como boa parte das suas linhas fundamentais estavam, na altura, já devidamente acertadas. Estivemos perante uma encenação repetida que não significa as instituições nem a democracia. Enquanto o PCP participava de boa fé no processo, o Governo não.

Mas, ainda em relação ao processo das três rondas de consultas, é no mínimo curioso notar que, tendo havido um partido que se recusou a estar presente em qualquer dessas reuniões, aparentemente escandalizado com a possível negociação do Orçamento com um seu filiado, tenham sido adoptadas pelo Governo várias propostas de que esse partido foi porta-voz. Olhando para o conteúdo do Orçamento, é fácil constatar que a direita parlamentar, o CDS-PP e o PSD, têm dificuldade em esconder a sua concordância com algumas das linhas ai preconizadas.

O PSD e o CDS-PP estão de acordo com o afastamento da tributação das mais-valias e apenas levantaram a voz neste debate para criticar o facto de essa tributação ter sido alguma vez consagrada.

O Sr. António Filipe (PCP): — Exactamente!

O Orador: — O PSD e o CDS-PP estão de acordo com a manutenção dos constrangimentos irrealistas e insensíveis às necessidades do País impostos pelo Pacto de Estabilidade e pelo Programa de Estabilidade e Crescimento.

O PSD e o CDS-PP estão de acordo com o caminho da privatização do Serviço Nacional de Saúde que este Orçamento acentua e que há muito reivindicam.

O PSD e o CDS-PP estão de acordo com a manutenção de uma política de baixos salários e com a penalização dos trabalhadores da função pública pelo terceiro ano consecutivo. Foi, aliás, chocante a hipócrita preocupação expressa neste debate com os baixos salários e com a sua previsível diminuição real nos trabalhadores da função pública, quando nunca ouvimos nem o PSD nem o CDS-

-PP defenderem outra política que não fosse essa, nem proporem aumentos reais para estes trabalhadores.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — A direita queixa-se de «barriga cheia». Este é um Orçamento em que vingou a consagração de muitas das linhas fundamentais da sua política. E, por isso, o que é natural é que venha da direita o apoio para a sua aprovação.

Mas nada disto pode esconder uma óbvia realidade. É que este é o Orçamento do Governo PS, estas são as suas opções.

O Governo apresenta um Orçamento em que muitos dos indicadores macroeconómicos não são mais do que uma ficção. A contradição entre o sentido de muitas previsões e a óbvia utilização de cenários fabricados para justificar opções ou esconder insuficiências são uma característica deste Orçamento.

O Governo apresenta um Orçamento em que, apesar de a vida ter imposto um aumento dos valores previstos, a redução do défice orçamental continua a ser um eixo central e sacrossanto da sua política, mesmo quando isso implica uma forte diminuição da margem de manobra e dos instrumentos disponíveis para fazer face às necessidades do País e à conjuntura de crise que atravessamos.

O Governo apresenta um Orçamento em que cede às pretensões do capital financeiro em matéria fiscal, contrariando aquilo que se aprovou nesta Assembleia e acentuando a injustiça fiscal que continua a existir no nosso país e que faz dele um dos que melhores condições de rendibilidade oferece à banca. Num País em que os trabalhadores suportam a maioria da receita fiscal e em que, ao mesmo tempo, a banca teve centenas de milhões de contos de lucro em 2000, a banca paga apenas uma taxa de 12,9% de IRC em vez de 32% e ainda confessa que 30% dos seus benefícios fiscais são obtidos através do off-shore da Madeira, neste país, o Governo opta por dar à banca ainda mais benesses, retirando de aplicação as normas que atingiam os seus interesses.

Trata-se de uma verdadeira capitulação fiscal e de uma cedência, em toda a linha, nas decisões do poder político às exigências do poder económico.

O Governo apresenta uma política salarial contrária aos interesses dos trabalhadores e do País. A análise do Orçamento indica que, em relação ao aumento nominal dos salários da função pública, que ao mesmo tempo são uma referência para o sector privado, o Governo não pretende aumentos reais nem a recuperação das diminuições reais de salários dos últimos dois anos. E isto, lembre-se, após dois anos de perda real de salários.

É por isso que as 191 514 assinaturas recolhidas por iniciativa do PCP e entregues ao Sr. Primeiro-Ministro, que já referimos neste debate, traduzem um vastíssimo descontentamento com os salários e com as pensões de reforma existentes, a que o Governo deveria ter sido sensível.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Ao não fazê-lo, comete um erro social e político e pratica uma enorme injustiça para com os trabalhadores portugueses.

Mais uma vez, a crise é invocada para justificar o prejuízo dos trabalhadores. Estranha e selectiva crise esta que impede os trabalhadores de terem aumentos salariais justos, ajudando até ao relançamento da economia, mas permite que se favoreçam as margens de lucro da banca e do grande patronato!

Escusam, pois, o Governo e o PS, de utilizar como forma de chantagem, como fizeram várias vezes, os trágicos acontecimentos de 11 de Setembro e a verdadeiramente complexa situação internacional. É inaceitável que se tente condicionar, à boleia da situação internacional, a legítima oposição a opções internas erradas. Até porque não é este o Orçamento de que precisávamos para enfrentar a crise.

Por isso, votamos contra este Orçamento. Este é um Orçamento de retrocesso na justiça fiscal, de uma política salarial que prejudica quem trabalha e que, por isso, agrava as desigualdades sociais.

Votamos contra porque este não é o Orçamento necessário e justo para as necessidades de Portugal e do povo português.

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente (Mota Amaral): — Em nome do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, tem agora a palavra, para uma intervenção, a Sr. Deputada Manuela Ferreira Leite.

A Sr.ª Manuela Ferreira Leite (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Chegámos ao fim do debate, na generalidade, do Orçamento do Estado para 2002.

O Governo apresenta este Orçamento sob o signo da instabilidade económica, da ameaça de crise internacional, da incerteza e do abrandamento no ritmo do crescimento dos países europeus. O 11 de Setembro é mesmo uma expressão mágica, abusivamente repetida a todos os títulos, tanto para antecipar fracassos como para justificar os erros.

O Governo invoca este cenário como condicionante da sua acção e, no entanto, não o transcreve no Orçamento. O que tem como primeira consequência que o enquadramento macroeconómico em que se baseia este documento seja profundamente irrealista.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

A Oradora: — Irrealistas são também as previsões de receitas e de despesas que todos os economistas consideram difíceis de alcançar. E é pena que assim seja, porque se o discurso correspondesse à realidade a construção deste Orçamento não estaria incorrecta, porque assenta em princípios obviamente inadiáveis. Diria mesmo que lhe poderíamos chamar um Orçamento de alto risco porque exige um Governo arrojado para o executar.

O Sr. Manuel Moreira (PSD): — Muito bem!

A Oradora: — Na verdade, a execução deste Orçamento só seria possível se este Governo fosse capaz de tomar medidas de fundo, de fazer reformas com muita ousadia e coragem política e se conseguisse transmitir aos portugueses a necessidade de inverter a mentalidade que, até hoje, tem ajudado a fomentar, em vez de a combater.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Oradora: — Esperar tudo isto deste Governo não é apenas irrealismo, é pura ficção.

O Sr. Vieira de Castro (PSD): — Muito bem!

A Oradora: — Por isso, o grande pecado deste Orçamento não é o seu conteúdo, é a falta de credibilidade do Governo para o executar.

Aplausos do PSD.

Este Orçamento é mau porque o Governo, e muito especialmente o Primeiro-Ministro, já deu sobejas provas de que a sua postura é inversa à que seria necessária neste momento. Sem um Governo credível, este documento é uma lista de intenções, não é um Orçamento, é uma ficção. É como um vestido pendurado num manequim, que, sendo bonito, nunca ninguém vestirá. Este Orçamento é um bonito enfeite da política económica deste país. Mas de nada serve porque nunca o vamos ver executado.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Oradora: — Vamos vê-lo, isso sim, Sr. Primeiro-Ministro, rectificado, muito antes do fim do ano.

Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Deputados: A ficção, a fantasia, a encenação começou há uns meses, quando o Primeiro-Ministro encetou falsas rondas negociais com os vários partidos políticos para fomentar a ilusão do consenso democrático.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — O Sr. Primeiro-Ministro, por certo, ainda não esqueceu que o PSD estava disposto a colaborar, desde que soubéssemos, com realismo, do que estávamos a falar.

Concordemos, Sr. Primeiro-Ministro, que foi um pedido elementar para quem tem efectiva vontade de conversar. Por isso lhe pedimos, Sr. Primeiro-Ministro, não que alterasse a sua política económica, não lhe pedimos que desfigurasse o Orçamento que queria propor e que nunca nos deu a conhecer; apenas lhe pedimos que desencadeasse o processo de avaliação da verdadeira situação das contas públicas, sem a qual nenhuma política económica pode ser definida com rigor.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Oradora: — O Sr. Primeiro-Ministro recusou liminarmente esta solicitação elementar. E, apesar disso, permite-se invocar disponibilidade de entendimento com os partidos da oposição que, honestamente, todos sabemos que nunca existiu.

Sr. Primeiro-Ministro, eu entendo que não queira averiguar e muito menos tornar pública a verdadeira situação das finanças públicas. Pois se nem a situação, só deste ano, que tinha a obrigação de dar a conhecer através do segundo Orçamento rectificativo o senhor dará em tempo útil...

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Oradora: — E assim, Srs. Deputados, nós estamos, neste momento, sem sabermos onde estamos nem para onde vamos.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Oradora: — Mas, apesar disto, o Primeiro-Ministro insiste em considerar que a oposição devia viabilizar este Orçamento sem que o Governo tivesse dado qualquer sinal de que faria um esforço sério para esclarecer o que está cada vez mais obscuro.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, devo confessar que olhei para este Orçamento com alguma benevolência. Achei que estava tudo demasiado evidente. A desorçamentação na saúde é descarada, já não é dissimulada. Perdeu, portanto, toda a graça.

Chega-se mesmo ao ponto de afirmar que, este ano, há despesas que não serão pagas — porque não há dinheiro, presumo eu —, mas que no próximo ano serão assumidas como dívidas; em simultâneo, o Ministro das Finanças diz que a despesa, este ano, está controlada. Imagino que é por saber com antecedência qual o montante das dívidas,...

Risos do PSD.

... o que é um conceito de controlo orçamental que eu desconhecia.

Aplausos do PSD.

Também achei graça a este Orçamento, porque ele assume, com bonomia, o erro das alterações fiscais introduzidas no Orçamento deste ano e recua de forma envergonhada. Achei que foi simpático.

Diz que é necessário controlar a despesa pública e combater o desperdício, o que é o mesmo que confessar publicamente que a despesa está «sem rei nem roque». Achei que era uma confissão de uma ingenuidade enterneceira.

Risos do PSD.

Não encontrei qualquer medida que fosse capaz de conduzir aos objectivos enunciados. Achei, nessa altura, que estava perante uma brincadeira. Por isso, encarei este Orçamento com o distanciamento com que se encara a ficção que tem objectivos correctos mas inatingíveis, uma pura fantasia com alguma ingenuidade. Achei que este Orçamento era uma espécie de «história da carochinha»,...

Vozes do PS: — Oh!

A Oradora: — ... em que só mesmo as crianças acham que é realidade.

Mas ontem, ao fim do dia, a intervenção de um Deputado eleito por um partido da oposição transformou este «conto infantil», que é este Orçamento, numa história de muito mau gosto.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Oradora: — Manteve-se a fantasia, mas perdeu-se a graça. O que parecia ingenuidade e boas intenções transformou-se em ardilosa peça política. E para transportar essa peça política, uma vez por ano desce à Assembleia da República um Deputado, eleito pela oposição, que vem apoiar o Governo e cujo exercício do cargo se traduz numa única função específica: atirar o Orçamento sobre o País às cegas, porque dá a entender que nem sequer leu o documento. Tem um estatuto com um poder imenso que não renega.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Estamos perante uma farsa penosa, que terá uma factura elevadíssima para os portugueses.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Oradora: — A verdade é que vamos ter um Orçamento que nem serve ao Governo para governar, nem ao país para dele beneficiar.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

A Oradora: — Estamos apenas a cumprir um ritual.

De tudo isto não fica um instrumento de política económica, fica um instrumento de sobrevivência do Governo.

O Sr. José Luís Arnaut (PSD): — Muito bem!

A Oradora: — Não fica uma intervenção da Assembleia, fica apenas o jogo de um Deputado, que, neste vez, nada leva para o seu concelho, a não ser a ambição de uma triste notoriedade.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Oradora: — O Governo em nada beneficiou, porque a governação com este Orçamento só pode ser mediocre e desastrosa.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Oradora: — Nem ao Deputado que o viabiliza, porque desta vez se contenta com o título de um capítulo «mundo rural», que, escrito pelos socialistas, é evidentemente «letra morta».

Aplausos do PSD.

Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Deputados: pior do que um orçamento rejeitado é um orçamento fingido, dissimulado, tanto mais grave quando se diz que é para um cenário de crise. A sua aprovação não serve a estabilidade política, porque, com este Orçamento, o Governo não sobrevive, apenas prolonga a sua agonia.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Oradora: — Os tempos que se aproximam vão ser difíceis para a economia portuguesa. E o futuro do país ficará seriamente comprometido, sem um sistema fiscal competitivo e sem o controlo da despesa pública.

Quem votar este Orçamento não é só responsável pela situação financeira do ano em curso, mas também é responsável, durante muitos anos, pelas dificuldades que os portugueses venham a enfrentar.

Este Orçamento não vai contribuir para a inversão da situação económica, nem vai tomar qualquer medida que conduza a qualquer alteração estrutural. Em resumo, Srs. Deputados, vai continuar a seguir o caminho errado que nos tem conduzido a um empobrecimento relativamente aos nossos parceiros europeus.

O PSD não brinca com coisas sérias, por isso vai votar contra!

Aplausos do PSD, de pé.

Entretanto, assumiu a presidência o Sr. Vice-Presidente Manuel Alegre.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção; em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco de Assis.

O Sr. Francisco de Assis (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.^o e Srs. Deputados: Estamos a chegar ao fim do debate, na generalidade, da proposta de Orçamento do Estado, apresentada pelo Governo, perante a Assembleia da República.

Esta é a ocasião adequada para fazer uma avaliação acerca da natureza da proposta e acerca da natureza do debate que aqui se desenvolveu. Em primeiro lugar, há uma questão que deve ser salientada: o Governo apresentou à Assembleia da República uma proposta de Orçamento do Estado que materializa os grandes compromissos programáticos assumidos eleitoralmente perante o País. E essa era a indeclinável obrigação do Governo: assumir os seus compromissos, honrar os compromissos que estabeleceu perante o País!

O Sr. António Braga (PS): — Muito bem!

O Orador: — Num segundo momento, o Governo manifestou toda a disponibilidade para promover uma negociação séria com todos os grupos parlamentares representados neste Parlamento com o intuito de promover a criação de condições que proporcionassem a aprovação do Orçamento do Estado com o apoio de um ou mais grupos parlamentares da oposição.

Durante os últimos quatro meses, como aqui já foi várias vezes reiterado, o Sr. Primeiro-Ministro teve oportunidade de receber representantes de todos os partidos políticos com expressão parlamentar.

Vozes do CDS-PP: — Todos não!

O Orador: — E todos aqueles que quiseram estar presentes,...

Vozes do CDS-PP: — Ah!

O Orador: — ... quiseram, pelo menos nesses momentos, dar algum contributo para o esforço que estava a ser realizado. Da parte do Governo, houve uma posição

absolutamente clara: sabendo de antemão que não está estribado numa maioria absoluta, neste Parlamento, dispõe-se a ir de encontro a sugestões provenientes dos partidos da oposição, na perspectiva de se criar, aqui, uma maioria parlamentar que contasse com a participação de partidos da oposição que viabilizasse o Orçamento do Estado. Foi esta a posição do Governo.

O Sr. Narana Coissoró (CDS-PP): — Uma farsa!

O Orador: — Infelizmente, a este esforço do Governo não correspondeu idêntico esforço da parte da oposição. E é isso que, neste momento, aqui, de uma forma muito clara, queremos salientar.

E é por isso, Sr. Deputado Fernando Rosas, que nada tenho que alterar àquilo que fui dizendo nos últimos meses acerca deste assunto. Sempre disse, interpretando aquilo que era a posição do grupo parlamentar que lidero, que era essencial que da parte do Governo houvesse abertura para a promoção dessa negociação. E isso foi feito.

Agora, não está ao alcance do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, nem do Governo, levar os partidos da oposição a assumir uma postura mais responsável e levá-los a dar um contributo, no sentido de, também eles, permitirem a criação dessa mesma maioria parlamentar.

O Sr. Fernando Serrasqueiro (PS): — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, neste momento, porém, há uma questão fundamental que tem de ser analisada: é a natureza da proposta orçamental. Ao longo destes dias, destes três dias de debate, curiosamente nenhum partido da oposição foi capaz de apresentar um acervo de críticas à proposta de Orçamento, de tal modo fundado que justificasse, em absoluto, a indisponibilidade para contribuírem para a viabilização do Orçamento.

Aplausos do PS.

Protestos do PSD.

Esse é um dos dados mais relevantes a extrair desse debate. Ainda agora, a Sr.^a Deputada Manuela Ferreira Leite acabou por admitir que o Orçamento, nas suas palavras, não é assim tão mau. Chegou mesmo a admitir que, nalguns aspectos o Orçamento até será bom, mas o Governo é que é mau. Curioso mau Governo que é capaz de produzir um bom Orçamento, na óptica da líder parlamentar do maior partido da oposição! Ainda agora acabou de reconhecer isso.

Como eu a comprehendo, Sr.^a Deputada Manuela Ferreira Leite! Tenho consciência de que o destino foi cruel consigo,...

Risos do PS.

... porque sendo a Sr.^a Deputada Manuela Ferreira Leite alguém que, do ponto de vista das suas opções teóricas de fundo em matéria económica, está sempre profundamente preocupada com o controlo do crescimento da despesa,...

Protestos do PSD.

... infelizmente teve o destino de ter que fazer parte dos governos mais despesistas que existiram em Portugal após o 25 de Abril.

Aplausos do PS.

E, não contente com isso, o destino ainda lhe pregou a partida de a obrigar a ser líder parlamentar da oposição a um Governo que, efectivamente, se preocupa em controlar o crescimento da despesa pública, como está comprovadamente demonstrado.

Aplausos do PS.

Risos do PSD e do CDS-PP.

Sr.º e Srs. Deputados, concentremo-nos na avaliação do Orçamento do Estado. Do nosso ponto de vista, este Orçamento tem quatro méritos essenciais: em primeiro lugar, é um Orçamento de rigor, é um Orçamento que enfrenta a questão do crescimento da despesa pública, na sequência de uma opção já assumida no ano anterior. Já no ano passado, quando aqui discutimos o Orçamento do Estado, a preocupação central enunciada pelo então Ministro das Finanças, hoje Deputado, o Dr. Joaquim Pina Moura, era precisamente a de criar condições para que o processo de consolidação orçamental em curso passasse a desvalorizar a componente da despesa, isto é, havia a convicção plena de que não podíamos permitir que a despesa continuasse a crescer ao ritmo a que tinha crescido na década anterior. Por isso, foram adoptados instrumentos, foram tomadas medidas, e a verdade é que a despesa tem crescido a um ritmo inferior. Ora, este Orçamento consagra em absoluto essa preocupação e materializa algumas das opções constantes do programa de redução da despesa pública que foi oportunamente apresentado perante este Parlamento.

Mas esta preocupação de rigor não nos inibe de ter a ambição de continuar a contribuir para o crescimento da economia portuguesa, promovendo a convergência real e garantindo a aproximação, ainda que lenta, aos níveis de vida dos restantes países europeus. Por isso, este é também um Orçamento de ambição. E esta ambição materializa-se num aumento significativo do investimento público que nós aqui também queremos saudar, até porque vai permitir, certamente, o surgimento de mais bens e serviços públicos que serão colocados ao serviço das populações e que será também utilizado como importante instrumento de gestão económica num ciclo que internacionalmente está marcado pela ameaça de uma recessão.

É por isso que este, para além de ser um Orçamento de ambição, é também um Orçamento de equidade, um Orçamento preocupado em prosseguir uma das linhas de orientação que têm estado associadas à acção dos governos do Partido Socialista — a preocupação com as questões sociais. Quando, em 1995, chegámos ao poder em Portugal, constatámos a existência de um profundo défice em matéria social. Era necessário investir mais nesse domínio, e nós fomos capazes de o fazer. Em 1995, dizia-se que a segurança social pública estava confrontada com o horizonte da falência financeira e hoje temos orgulho em estar perante uma proposta de Orçamento em que se

materializam determinadas opções que garantem a sustentabilidade financeira da segurança social pública durante todo o século que agora estamos a iniciar. Essa é uma reforma de que nos orgulhamos e que concretiza um projecto que é a razão de ser da nossa intervenção política.

Mas este Orçamento também se mostra preocupado em assegurar o reforço da competitividade da economia portuguesa, pelo que são aqui adoptadas medidas,...

O Sr. José Luís Arnaut (PSD): — Quais?!

O Orador: — ... nomeadamente na área fiscal, com o desagravamento em termos de IRS, que vão permitir reforçar a competitividade do nosso tecido económico.

Sr. Primeiro-Ministro, Sr.º e Srs. Deputados, não somos daqueles que tendemos a pensar que tudo vai mal quando estamos na oposição e que tudo vai bem quando estamos no poder.

Protestos do PSD.

Temos consciência das dificuldades e temos noção da importância dos desafios com que estamos confrontados. Por isso mesmo, o Governo apresentou ao Parlamento e ao País um Orçamento que, do nosso ponto de vista, é capaz de apresentar as soluções mais adequadas para superar as dificuldades e para enfrentar com sucesso esses mesmos desafios com que estamos todos, conjuntamente, confrontados.

Srs. Deputados, para o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, a questão fundamental, neste momento, é apenas esta: este é um bom ou um mau Orçamento?

Vozes do PSD: — É mau!

O Orador: — Este Orçamento materializa ou não os nossos compromissos?

O Sr. Narana Coissoró (CDS-PP): — Não!

O Orador: — Materializa em absoluto! Nessa perspectiva, temos a obrigação absoluta de concorrer para a viabilização do Orçamento do Estado apresentado pelo Governo à Assembleia da República.

Sr. Primeiro-Ministro, da nossa parte, Grupo Parlamentar do Partido Socialista, poderá continuar a contar, como sempre contou até aqui, com um grupo parlamentar empenhado num apoio crítico,...

O Sr. José Luís Arnaut (PSD): — Muito crítico!

O Orador: — ... no sentido em que, naturalmente, somos os primeiros fiscais no que tem a ver com o cumprimento dos compromissos assumidos perante o País. E temos dado provas claras disso mesmo! Nós teríamos hoje, aqui, razões para censurar o Governo, se verificássemos que, com vontade excessiva de querer permanecer no exercício de funções governamentais, o Sr. Primeiro-Ministro se dispunha a governar com o programa dos partidos das oposições. Essa é que é a questão fundamental, a questão essencial que colocámos desde sempre, porque o Governo tem a obrigação de apresentar um Orçamento que reflecta o seu programa e tem o dever de manifestar abertura para

o contributo dos partidos da oposição. Infelizmente, foi esse contributo que não se verificou.

Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.^{as} e Srs. Deputados, terminei a minha intervenção uma vez mais saudando o Governo pelo esforço que tem vindo a desenvolver no sentido de criar condições para a modernização solidária do nosso país. Este é o caminho por que os portugueses optaram, este é o caminho que temos de prosseguir sem hesitações. Sobretudo num momento particularmente delicado, não apenas da nossa vida internacional mas da nossa vida política interna, porque assistimos a uma tentativa do maior partido da oposição de pôr em causa a credibilidade de instituições democráticas absolutamente fundamentais.

Aplausos do PS.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, não podemos ignorar que estamos também a terminar uma semana em que o líder do maior partido da oposição ofendeu o Sr. Presidente da República,...

Protestos do PSD.

... pôs em causa o prestígio deste Parlamento e, não contente com isso, ontem mesmo injuriou o Sr. Primeiro-Ministro,...

Aplausos do PS.

... naquilo que é uma escalada inaceitável de ataque a instituições fulcrais da nossa democracia.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, apoiamos e vamos votar favoravelmente este Orçamento,...

Vozes do PSD: — Ah!

O Orador: — ... não porque este seja o Orçamento do Governo que nós apoiamos, mas porque este é objectivamente o Orçamento que melhor serve os interesses de Portugal e dos portugueses!

Aplausos do PS, de pé.

O Sr. Presidente (Manuel Alegre): — Srs. Deputados, tenho o grato prazer de anunciar que assistem hoje à reunião plenária 41 formandos da Magensinus — Empresa Promotora de Ensino, Lda., de Lisboa, 40 alunos do Instituto para o Desenvolvimento Social de Lisboa, 45 alunos do Instituto de Educação Técnica de Lisboa, 20 alunos do 3.º ano de Economia do ISEG, 10 alunos do Instituto Português de Formação Profissional, de Miraflores, e 24 alunos da Creche Jardim de Infância Marcolândia, de Lisboa.

Para todos eles, peço a vossa saudação.

Aplausos gerais, de pé.

Para intervir no debate em representação do Governo, tem a palavra o Sr. Ministro da Presidência e das Finanças.

O Sr. Ministro da Presidência e das Finanças (Guilherme d'Oliveira Martins): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro,

Sr.^{as} e Srs. Deputados: Um balanço deste debate? Devemos fazê-lo, indo ao cerne das questões e ao essencial dos temas.

É o País que está em causa, é a economia portuguesa, são trabalhadores e os empresários, são os cidadãos em geral que estão no horizonte das nossas preocupações. Perante a incerteza, somos chamados a assumir responsabilidades. O Governo não se exime às suas, mas invoca a exigência de correspondermos àquilo que o País e os cidadãos nos pedem. Dissemos e repetimo-lo — queremos que o Orçamento do Estado para 2002 saia enriquecido do debate parlamentar e estamos certos de que isso acontecerá. Tudo fizemos e tudo faremos para conceder credibilidade a este plano financeiro, apesar de todas as dificuldades e incertezas. E julgo que conseguimos, sobretudo se lermos com especial atenção as reacções e os comentários sobre este documento produzidos desde 15 de Outubro ou no debate que teve lugar nesta Câmara.

Só a fragilidade de alguns ou o ressentimento de outros puderam justificar a repetição de argumentos, que muitos sabem não se aplicarem a este Orçamento do Estado.

Para os que clamavam, injustamente, por disciplina, temos o rigor acrescido de um limite para a despesa pública; para os que insistiam na obra feita, temos o investimento público claramente assumido; para os que queriam a flexibilidade na aplicação do programa de estabilidade e crescimento, temos uma prática segundo a qual não se sacrifica investimento e despesa social a um défice estrito e cego; para os que invocavam o combate sem tréguas à fraude e à evasão fiscais, temos um programa coerente e sistemático, que já produz os seus frutos; para os que desejavam mais justiça social, temos a consolidação do desagravamento dos menores rendimentos e das famílias mais numerosas; para os que defendiam o apoio acrescido à interioridade, temos um regime claro que beneficia exactamente as regiões do interior; para os que descreviam o cumprimento da Lei de Bases da Segurança Social e da sustentabilidade financeira deste sector, temos o respeito escrupuloso da lei e a criação de condições para essa sustentabilidade financeira no médio e longo prazos; para os que invocavam a necessidade de competitividade fiscal, temos um regime equilibrado, que se propõe, na prática, fazer cumprir para todos e em condições de confiança o que a Constituição e a lei estipulam, no sentido do englobamento dos rendimentos e da inexistência de discriminações ou privilégios; para os que reclamam, e justamente, mudanças estruturais, temos a inserção deste Orçamento num plano continuado de reformas, que serão concretizadas em 2002, se os partidos das oposições tiverem o sentido de responsabilidade que agora se lhes exigiria, mas que agora e de novo será posto à prova, sem desculpas nem «lágrimas de crocodilo».

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Há pouco, o Sr. Deputado Fernando Rosas invocava os anos de 1923 e de 1924. É bom que se recorde esse tempo, mas também é bom que se recorde o que, nessa altura, disse Raul Proença, em nome do espírito de cidadania e da causa nobre da República. Disse ele que esse espírito, que tantos parecem esquecer, constrói-se no dia-a-dia, compreendendo-se que «a grandeza dos homens avalia-se pela força com que procuram realizar um ideal» e pela «resistência que opõem às suas vãs aparências».

E não se duvide! O nosso inconformismo assenta na procura positiva desse ideal e de princípios e na resistência firme às tentativas de mistificar a realidade, com dramatizações absurdas, que apenas visam dar a ilusão de que existe quem tem dificuldade em se afirmar.

A verdade é que o espectáculo das vãs aparências é inútil, só demonstra insegurança e fraqueza. E quem desrespeita, sem *fair play*, a dignidade das instituições ou das pessoas, violando velhas praxes, em nome do puro espectáculo, limita-se a semear ventos perigosos que depressa se poderão virar contra quem tem a imprudência e a insensatez de os urdir.

O Sr. José Luís Arnaut (PSD): — E o Orçamento!

O Orador: — Para esta proposta de lei de Orçamento do Estado para 2002, que vozes insuspeitas consideram como um exercício sério e determinado, houve reacções diversas bem ilustrativas da velhíssima fábula *O lobo e o cordeiro*.

Começou por se invocar um suposto ziguezague ou um suposto recuo nas orientações e nas medidas. Depressa, porém, lidas com atenção as propostas de lei, verificado o essencial das mesmas, teve de cair esse diagnóstico. E manda a verdade que se diga, com toda a clareza, que se nota a raiva incontida dos que julgaram ir as pressões produzir discriminações ou privilégios...

A Sr.ª Natalina Tavares de Moura (PS): — Muito bem!

O Orador: — ... e que poderíamos ceder nos princípios e nos valores fundamentais que determinam a nossa ação. Não! Não cedemos, afirmamos, sim, os nossos princípios e os nossos valores!

Aplausos do PS.

Funcionou o sentido pragmático, prudente e necessário de quem vê a realidade que evolui e de quem se apercebe das circunstâncias que mudam. Sem violar o essencial dos princípios e garantindo a cobrança da receita que, de outro modo, não entraria nos cofres do Estado, porque vivemos num espaço aberto e de fronteiras abertas, onde a livre circulação obriga à competitividade fiscal e à harmonização, do que se tratou foi de garantir a eficiência com recurso ao mais elementar senso comum.

Depois, houve quem se apegasse ao suposto irrealismo do cenário macroeconómico, num exercício em que o julgamento tinha um veredito definido de antemão: «preso por ter cão, preso por o não ter».

Em 10 de Setembro, disse-se que deveríamos ter previsto o que iria ocorrer no dia 11 e, depois do dia 11, com o diagnóstico reservado em todo o mundo, houve quem dissesse que o melhor seria lançar palpites negros, mesmo que isso deitasse tudo a perder, numa confiança europeia fragilizada e incerta.

Depois, conheceram-se os números coevos do 1.º semestre e, em vez da divergência, verificou-se que Portugal está a crescer mais do que a Europa. Aqui d'el-rei! É a guerra que beneficia o Governo!

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — Aqui d'el-rei, não! Aqui d'el-Reública!

O Orador: — Percebeu quem de bom senso que o irrealismo não era, afinal, a marca. Apenas havia prudência, partindo de dados objectivos e não de palpites.

Veio, então, a argumentação sobre a receita fiscal. Estaria sobreavaliada, diziam. Uma a uma foram e serão dadas as justificações técnicas. Devo dizer-lhes, Srs. Deputados, que a equipa política que dirijo não deixou de corrigir prudentemente as previsões feitas, abaixo dos crescimentos históricos, com uma taxa de ganho de eficiência fiscal, claramente abaixo das médias dos últimos anos, incluindo o início dos anos 90.

E houve quem esquecesse que, afinal, na reforma fiscal aprovada aqui em Dezembro estaria em vigor, em velocidade de cruzeiro, o novo regime simplificado. Houve até quem, qual aprendiz de feiticeiro, invocasse aqui o preço do barril de petróleo — a menos de 20 dólares —, provocando logo um estranho e inesperado abalo no referido preço do mercado internacional, rapidamente regressado acima do seu valor mítico.

Risos do PS.

Esquecia-se, afinal, e ainda, relativamente à previsão da receita do imposto sobre os produtos petrolíferos, que a estabilidade de preços de que os nossos consumidores têm beneficiado implica o saldar de compromissos que agora cessam.

Esgotada a bateria de argumentos e percebendo-se que limitar a despesa corrente e apostar no investimento era a receita acertada ou que cumprir a Lei de Bases da Segurança Social e apoiar o interior eram as orientações correctas e adequadas a uma conjuntura de incerteza; veio, então, a voz serena dos que invocam o «ver para crer», como São Tomé.

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — São Tomé votaria contra o Orçamento!

O Orador: — Afinal, é preciso haver oportunidade para executar, para aplicar, para pôr em prática.

Sr. Deputado Paulo Portas, é necessário crer como São Tomé creu e, naturalmente, garantir que tenhamos condições para pôr prática este bom Orçamento, com restrições claras no que se refere à consolidação das finanças públicas, com repercussões positivas no País e na confiança.

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — Sabia que o Campelo era um Deputado especial, agora santo!

Risos do CDS-PP.

O Sr. Narana Coissoró (CDS-PP): — O Campelo fez o milagre do Orçamento!

O Orador: — Afinal, Srs. Deputados, é preciso que percebamos que ninguém, nenhum cidadão sério e responsável, pode desejar outra coisa que não seja a de garantir disciplina e rigor, com um controlo rigoroso da despesa pública, com forte sentido social e com consciência de que a coesão é indispensável.

Vozes do PS: — Exactamente!

O Orador: — Srs. Deputados, o tal vestido bonito veste-o quem quer e rejeita-o quem nunca foi capaz de o fazer.

Aplausos do PS.

Vozes do CDS-PP: — Oh!...

O Orador: — Princípios inadiáveis? Sim! Risco? Sim! Ficção? Não!

Aplausos do PS.

Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.^o e Srs. Deputados: O que diz o País? O que dizem os cidadãos?

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — É uma grande vergonha!

O Orador: — Quando os estudos de opinião perguntam o que deve acontecer a este Orçamento do Estado, a opinião maioritária diz duas coisas: que o Orçamento do Estado deve ser aprovado e que a oposição deve assumir redobradamente as suas responsabilidades. É isto que diz o País! É isto que diz o cidadão comum, que, neste momento, está sobretudo preocupado em garantir que não tenhamos instabilidade. É isto que diz o cidadão comum, sobretudo interessado em garantir que a melhor disciplina, a boa despesa pública e a consciência social se traduzam em mais desenvolvimentos, em mais e melhor desenvolvimento.

O que se passou aqui, Sr.^o e Srs. Deputados, naturalmente que temos...

Entretanto, assumiu a presidência o Sr. Presidente, Almeida Santos.

Neste momento, regista-se um burburinho de fundo na Sala.

O Sr. Presidente: — Sr. Ministro, peço desculpa por o interromper, mas quero pedir aos Srs. Deputados que façam silêncio! O Sr. Ministro tem o direito de se fazer ouvir em condições normais, tal como todos os Srs. Deputados quando estão no uso da palavra.

Faça o favor de prosseguir, Sr. Ministro.

O Orador: — Sr. Presidente, Sr. Primeiro Ministro, Sr.^o e Srs. Deputados: Por que é que o País diz o que diz? Porque, neste momento, é indispensável que unamos esforços e que sejamos capazes de pôr aquilo que nos une acima daquilo que nos divide. Srs. Deputados, a transparéncia e o rigor são o nosso método; e, sendo o nosso método, estamos disponíveis, como eu tive oportunidade de dizer aqui, neste Parlamento, para, neste Parlamento, garantir uma fiscalização efectiva, uma fiscalização permanente das contas públicas, porque essa fiscalização e esse acompanhamento passam pela articulação estreita entre a função política deste Parlamento, a função jurisdicional do Tribunal de Contas e a função administrativa do sistema de controlo interno da administração financeira. Esses instrumentos, esses mecanismos funcionam — esses são os mecanismos e os instrumentos legítimos que temos de pôr em prática.

Neste momento, regista-se um burburinho de fundo na Sala.

O Sr. Presidente: — Sr. Ministro, mais uma vez, peço desculpa por voltar a interrompê-lo, mas há um ruído quase inusual na Sala. Compreendo a existência de algum nervosismo, mas peço aos Srs. Deputados a serenidade necessária para podermos ouvir em condições normais o Sr. Ministro das Finanças.

Srs. Deputados, peço-vos o favor de tomarem em conta a recomendação e o pedido do Presidente da Assembleia! Faça o favor de continuar, Sr. Ministro.

O Orador: — Os graves acontecimentos internacionais devem assim ser lidos como oportunidades, e não como motivos de deserção; como poderosos estímulos, e não como apelos ao oportunismo, para assumirmos o prosseguimento claro de um caminho de resposta à incerteza e à força instabilizadora do terrorismo. Um caminho de convergência real com os nossos parceiros europeus, para ligarmos a consolidação de médio prazo das finanças públicas à modernização das administrações públicas, contrariando um centralismo atávico e as resistências a uma cultura de avaliação e de responsabilidade.

Crescer mais e melhor, apostar na boa despesa pública, prestar boas contas, reforçar a ligação entre a equidade e a eficiência — eis o que tem de ser posto em prática, com persistência, trabalho, rigor, solidariedade e coesão social. Temos potencialidades e energias a aproveitar e a aprofundar. Daí a importância de ligar mais e melhor investimento público — a grande aposta para 2002 —, quer à justiça fiscal, quer a uma preocupação acrescida e dinâmica com a competitividade e com a produtividade, perante os nossos parceiros e concorrentes. Temos de estar aptos a mobilizar todas as energias disponíveis para criarmos mais e melhor emprego — esta é a nossa prioridade; para alargar a influência das nossas empresas, para apostar na qualificação das pessoas e na produtividade e para assumirmos o domínio estratégico da nossa economia.

O Orçamento para 2002 consagra uma política financeira assente numa leitura muito rigorosa, com previsões cautelosas e realistas, e virada para um futuro de consolidação do Pacto de Estabilidade e Crescimento, sem qualquer fundamentalismo e com uma flexibilidade prudente, pondo em primeiro lugar o objectivo de convergência real da economia portuguesa com os parceiros europeus, articulando a consolidação das finanças públicas com um esforço concreto visando a coesão e o bem-estar dos portugueses.

Eis porque o Parlamento e o Governo são chamados a um especial esforço no sentido de acompanhar a evolução da conjuntura económica — sem optimismos despropositados nem derrotismos perigosos — e de encontrar consensos de regime responsável, orientados para o reforço da democracia e para um impulso reformador em tomo deste plano financeiro. É indispensável, assim, que, à incerteza externa, contraponhamos a estabilidade interna, um consenso responsável e um forte empenhamento num programa que ligue a competitividade necessária à justiça indispensável.

Temos de apostar num espaço de coesão, de estabilidade e de segurança, que responda positivamente

a um clima de instabilidade e incerteza. A consciência social, a concertação estratégica, a segurança dos cidadãos, o combate à exclusão têm de ter, por isso, expressão prática ao lado do rigor e da disciplina nas finanças públicas, bem expresso no esforço colectivo de sustentabilidade financeira da segurança social, do apoio ao interior do País, do reforço às actividades económicas e sociais, numa economia de conflito que exige patriotismo económico.

Por outro lado, a política fiscal prossegue no sentido do desagravamento da tributação dos rendimentos do trabalho e de quem tem menores recursos, bem como no redobrar do esforço no sentido da eficiência tributária e do combate à fraude e à evasão, designadamente quanto aos *offshore*, e na criação de condições concretas de competitividade fiscal, através do estímulo ao investimento e à criação de riqueza e de emprego, do incentivo ao crescimento do mercado de capitais e à promoção da atracção de investimento estrangeiro à economia portuguesa.

Não se trata, pois, de recuar ou de fazer qualquer contra-reforma fiscal, como aqui bem disse o Sr. Deputado João Cravinho, mas de tirar lições, designadamente perante as circunstâncias que mudaram, e de assumir uma agenda positiva, séria, exigente e dinâmica; numa conjuntura de abrandamento, devemos atrair capitais e iniciativas económicas, aptos a criar riqueza estável, combatendo a fraude e a especulação. É a prioridade à convergência real, à criação de emprego e à capacidade de atracção da nossa economia que está, pois, em causa. Competitividade e justiça são faces de uma mesma moeda, pois precisamos de aumentar a base da nossa tributação para tornarmos o sistema mais equitativo e mais redistributivo, na linha social democrata e do socialismo democrático...

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — Na linha de quê?!

O Sr. Osvaldo Castro (PS): — Muito bem!

O Orador: — ... e para podermos desaggravar de modo consistente os rendimentos do trabalho e os cidadãos de recursos mais baixos. O Governo dará provas seguras de querer continuar a lutar pela equidade fiscal. Aqui estará o avanço concreto no sentido que desejamos.

Este Orçamento deve, assim, ser encarado como um instrumento para mobilizar o País, tem de constituir-se num factor positivo capaz de lançar um impulso reformador, através de consensos duráveis que reforcem o regime democrático: no completar da reforma orçamental, designadamente através da criação indispensável, que o Pacto de Estabilidade e Crescimento exige, de uma coordenação entre a administração central, as regiões autónomas e as autarquias locais, no sentido do cumprimento dos limites e da disciplina a que todos estamos obrigados; no garantir do rigor, da coerência, da transparéncia e da flexibilidade na gestão orçamental nos diferentes subsectores da economia pública, privilegiando a salvaguarda das obrigações para com as gerações futuras, dando maior peso às despesas de investimento no poder local e descentralizando melhor, no sentido de maior solidariedade nacional; no prosseguimento e consolidação da reforma do património do Estado, já delineada; na ligação efectiva entre a consolidação das finanças públicas

e a reforma do Estado, com passos necessários em ordem à eficiência, à produtividade, à qualidade da despesa e à avaliação; na exigência de mudanças estabilizadoras na fiscalidade, no sentido da simplificação e da certeza, desde os consensos necessários na tributação do património, à simplificação do imposto sobre o rendimento, passando pela luta contra a corrupção, pelos acordos de dupla tributação e pela troca de informações internacionais em nome da estabilidade de políticas, de planos e de critérios; e, finalmente, no completar da modernização do mercado financeiro e do sistema bancário, em nome da eficiência e da estabilização económica, num momento decisivo de internacionalização da nossa bolsa e de inicio de circulação do euro.

Sr. Presidente, Sr.º e Srs. Deputados: Um Orçamento para a confiança — e um orçamento para a confiança exige acção e reformas determinadas e gradualistas, estudadas e preparadas com tempo, capazes de mobilizar e de reforçar as capacidades da economia portuguesa —, eis o que propomos para os portugueses, eis o que propomos a fim de que, com estabilidade e sentido de responsabilidade, estejamos à altura de corresponder ao cenário de incerteza.

O Sr. Osvaldo Castro (PS): — Muito bem!

O Orador: — É este o caminho que temos de prosseguir, olhando para diante, tornando o primeiro Orçamento em euros num Orçamento de convergência, de justiça social e de competitividade para Portugal.

Aplausos do PS, de pé.

O Sr. Basílio Horta (CDS-PP): — Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Basílio Horta (CDS-PP): — Sr. Presidente, a minha interpelação é no sentido de requerer à Mesa que a votação que vai realizar-se seja feita por filas.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, penso que foi esse o consenso a que chegámos na Conferência de Líderes, exactamente por iniciativa do Sr. Deputado.

O Orador: — V. Ex.ª desculpar-me-á, mas é necessário que a contagem seja requerida. E, como os formalismos são essenciais, estou a fazê-lo.

O Sr. Presidente: — Muito obrigado, Sr. Deputado. Penso que os consensos se têm sobreposto, normalmente, à necessidade de preenchimento de razões formais.

De qualquer modo, era minha intenção fazer assim mesmo. A votação vai, então, realizar-se por filas.

Srs. Deputados, vamos então passar à votação, na generalidade, da proposta de lei n.º 104/VIII — Grandes Opções do Plano para 2002.

Neste momento, procedeu-se à votação por filas.

Naturalmente que o Sr. Deputado que entrou agora só poderá votar na votação seguinte.

O Sr. Manuel Moreira (PSD): — Eu já cá estava desde o início da sessão, Sr. Presidente, e votei na primeira fila da minha bancada!

Submetida à votação, foi aprovada, com 115 votos a favor, 110 votos contra e 1 abstenção.

Aplausos do PS, de pé.

Protestos do CDS-PP.

O Sr. Basílio Horta (CDS-PP): — Peço a palavra para interpelar a Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Penso que o Sr. Deputado Basílio Horta pretende que seja feita a discriminação dos votos por grupo parlamentar.

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — Quer, porque nós não estamos aqui para ser enxovalhados!

O Sr. Basílio Horta (CDS-PP): — Sr. Presidente, se me permite...

O Sr. Presidente: — Tem toda a razão, Sr. Deputado. Vou fazer essa declaração.

O Sr. Basílio Horta (CDS-PP): — É que nós não estamos disponíveis para ser mais enxovalhados do que já fomos, Sr. Presidente.

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — Com certeza!

O Sr. Presidente: — Tem toda a razão, Sr. Deputado. Srs. Deputados, dando satisfação à solicitação do Sr. Deputado Basílio Horta, que tem toda a razão no pedido que faz, vou passar a discriminar os votos por grupo parlamentar: os 115 votos a favor são do PS; os 110 votos contra são 77 do PSD, 14 do CDS-PP, 15 do PCP, 2 de Os Verdes e 2 do BE; e a abstenção é do Deputado independente Daniel Campelo.

A Sr.^a Manuela Ferreira Leite (PSD): — Peço a palavra para interpelar a Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a Manuela Ferreira Leite (PSD): — Sr. Presidente, agradecia que fosse feita uma recontagem dos votos.

Protestos do PS.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, peço que guardem a serenidade necessária.

O Sr. Osvaldo Castro (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado, dizendo qual é o objectivo da mesma.

O Sr. Osvaldo Castro (PS): — Sr. Presidente, nós não temos qualquer objecção a que se proceda à recontagem, com os Srs. Deputados que se encontravam na Sala aquando da votação.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, eu próprio chamei, há pouco, a atenção para o facto de pelo menos um Sr. Deputado ter entrado na Sala depois da votação.

Vozes do PS: — Dois!

Vozes do PS: — Três!

O Sr. Presidente: — Não sei se foram dois, se foram três. Eu vi um, mas os Srs. Secretários farão o favor de confirmar quantos foram.

Chamei a atenção para o facto de um Sr. Deputado ter entrado na Sala depois da votação.

Vozes do PS: — Foram três!

Pausa.

O Sr. Presidente: — O Sr. Secretário Artur Penedos entende que foram, pelo menos, dois.

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — É mostrar o vídeo, Sr. Presidente!

Vozes do PS: — Foram três!

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados não gritem, porque não vale a pena.

O Sr. Secretário José Cesário, por sua vez, não sabe quantos Deputados entraram na Sala, depois de ter sido feita a votação.

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — Basta mostrar o vídeo, para ver quem é que é enxovalhado!

O Sr. Presidente: — Mas, posto isto, penso, Sr.^a Deputada Manuela Ferreira Leite, que, no mínimo, temos de descontar um voto na recontagem por si requerida.

Vozes do PS: — Três!

O Sr. Presidente: — O Sr. Secretário Rodeia Machado também acha que foram três...

Vozes do PS: — Foram três!

O Sr. Presidente: — ... e o Sr. Secretário José Reis é da mesma opinião. Assim sendo, Srs. Deputados, a maioria da Mesa entende que foram três Deputados, pelo que temos de descontar três votos no resultado da recontagem a que vamos proceder.

Penso, Srs. Deputados, que não vale a pena recontar os votos todos, mas apenas os do PSD, visto que só Deputados do PSD é que entraram na Sala depois da votação.

Acaba de entrar, agora, mais um Sr. Deputado do PSD...

Vozes do PSD: — Estava cá!

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — Isto é que é uma palhaçada!

O Sr. Presidente: — Peço desculpa, o Sr. Secretário acaba de me confirmar que o Sr. Deputado do PSD estava dentro da Sala.

O Sr. Narana Coissoró (CDS-PP): — Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Narana Coissoró (CDS-PP): — Sr. Presidente, solicito que, antes de se começar a recontagem, a Mesa mande fechar as portas.

Vozes do PS: — Agora?!

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Narana Coissoró, não há possibilidade de fechar as portas, isso não está previsto. Mas a Mesa estará atenta a que nenhum Sr. Deputado entre depois de iniciarmos a recontagem.

Neste momento, regista-se burburinho na Sala.

Srs. Deputados, é impossível trabalharmos com o ruído que estão a fazer. Não sei se precisam urgentemente desse ruído, mas eu preciso do vosso silêncio.

Vamos, então, recontar os votos do PSD.

Vozes do PS: — Agora estão presentes três Deputados, que não estavam aquando da votação!

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — É uma vergonha!

Pausa.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, o resultado da recontagem de votos do PSD, incluindo os três Deputados que há que descontar, foi de 80 votos contra. Deduzindo esses três Deputados, o resultado é o mesmo da primeira contagem, ou seja 77 votos contra do PSD.

Aplausos do PS.

Srs. Deputados, vamos agora passar à votação, na generalidade, da proposta de lei n.º 105/VIII — Orçamento do Estado para 2002.

Neste momento, regista-se burburinho na Sala.

Srs. Deputados, agradecia que os Srs. Deputados fizessem silêncio, até para poderem estar atentos àquilo que a Mesa vos pede em termos de votação.

Neste momento, procedeu-se à votação por filas.

Submetida à votação, foi aprovada, com 115 votos a favor do PS, 113 votos contra (80 do PSD, 15 do PCP, 14 do CDS-PP, 2 de Os Verdes e 2 do BE) e 1 abstenção do Deputado independente Daniel Campelo.

Srs. Deputados, a proposta de lei n.º 105/VIII foi aprovada pela maioria exigida.

Aplausos do PS, de pé.

Peço aos Srs. Deputados que não saiam, porque ainda há votações a fazer e as votações têm todas a mesma dignidade, embora não o mesmo significado jurídico-político.

O Sr. Vítor Ramalho (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. Presidente: — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. Vítor Ramalho (PS): — Sr. Presidente, é para anunciar que vou apresentar na Mesa uma declaração de voto escrita.

O Sr. Presidente: — Fica registado o seu anúncio.

Srs. Deputados, vou dar-vos conta de uma mensagem de S. Ex.^a o Presidente da República, do seguinte teor: «Está prevista a minha deslocação a São Paulo entre os próximos dias 21 e 22 do corrente, para um encontro com a comunidade portuguesa. Na sequência desta visita, deslocar-me-ei a Lima nos dias 23 e 24, para participar na XI Cimeira Ibero-Americana, estando previsto o meu regresso a Lisboa no dia 25. Assim, venho requerer, nos termos do artigos 129.º, n.º 1, e 163.º, alínea b), da Constituição o necessário assentimento da Assembleia da República.»

Srs. Deputados, a proposta de resolução da Comissão de Negócios Estrangeiros, Comunidades Portuguesas e Cooperação é do seguinte teor: «A Assembleia da República, de acordo com as disposições constitucionais aplicáveis, dá o assentimento nos termos em que é requerido.»

Vamos votar o parecer e proposta de resolução.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Srs. Deputados, vamos ainda proceder à votação do projecto de resolução n.º 163/VIII — Comissão Parlamentar de Inquérito ao Desastre de Camarate (PSD).

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Srs. Deputados, o Sr. Secretário vai dar conta de cinco pareceres da Comissão de Ética.

O Sr. Secretário (Artur Penedos): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, de acordo com o solicitado pelo 2.º Juízo do Tribunal de Judicial da Covilhã, Processo n.º 115/01, a Comissão de Ética decidiu emitir parecer no sentido de autorizar o Sr. Deputado Carlos Lavrador (PS) a prestar depoimento, por escrito, como testemunha, no âmbito dos autos em referência.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, está em apreciação. Não havendo inscrições, vamos votar.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

O Sr. Secretário (Artur Penedos): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, a solicitação do Tribunal de Judicial da Covilhã, 2.º Juízo, Processo n.º 115/01, a Comissão de Ética decidiu emitir parecer no sentido de autorizar a Sr.ª Deputada Maria do Carmo Sequeira (PS) a prestar depoimento, por escrito, como testemunha, no âmbito dos autos em referência.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, está em apreciação. Não havendo pedidos de palavra, vamos votar.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

O Sr. Secretário (Artur Penedos): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, de acordo com o solicitado pelo Tribunal Administrativo do Círculo de Lisboa, Processo n.º 4/96, a Comissão de Ética decidiu emitir parecer no sentido de autorizar o Sr. Deputado José Miguel Boquinhas (PS) a prestar depoimento, por escrito, como testemunha, no âmbito dos autos em referência.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, está em apreciação. Não havendo pedidos de palavra, vamos votar.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

O Sr. Secretário (Artur Penedos): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, a solicitação da Vara Mista de Coimbra, 2.ª Secção, Processo n.º 32/00 C.C., a Comissão de Ética decidiu emitir parecer no sentido de autorizar o Sr. Deputado Victor Baptista (PS) a prestar depoimento, como testemunha, no âmbito dos autos em referência, em audiência marcada para o próximo dia 15 de Novembro de 2001, pelas 9 horas e 30 minutos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, está em apreciação. Não havendo inscrições, vamos votar.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

O Sr. Secretário (Artur Penedos): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, de acordo com o solicitado pela 14.ª Vara Cível da Comarca de Lisboa, 1.ª Secção, Processo n.º 68/2000, a Comissão de Ética decidiu emitir parecer no sentido de autorizar o Sr. Deputado Dias Baptista (PS) a prestar depoimento, por escrito, como testemunha, no âmbito dos autos em referência.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, está em apreciação. Não havendo pedidos de palavra, vamos votar.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Chegados ao fim dos trabalhos, resta-me informar que a próxima sessão plenária se realiza-se dia 28 do corrente para darmos início à discussão e votação, na especialidade, das propostas de lei n.º 104 e 105/VIII.

Despedimo-nos dos Srs. Deputados e dos Srs. Membros do Governo, desejando a todos um bom fim-de-semana.

Eram 12 horas e 10 minutos.

Declaração de voto enviada à Mesa, para publicação, relativa à votação, na generalidade, da proposta de lei n.º 105/VIII

O Orçamento do Estado é um dos instrumentos fundamentais da política económica de qualquer governo. O que respeita ao ano de 2002, que hoje foi votado em Plenário da Assembleia da República, terá vigência de aplicação num ano particularmente difícil, face à conjuntura internacional, de abrandamento, agravada pelos acontecimentos de 11 de Setembro.

A interpretação que faço da leitura dos acontecimentos por parte da generalidade dos nossos concidadãos é a de que estes reforçaram a predisposição para a unidade na prossecução de designios colectivamente sentidos e que a todos se impõem. Naturalmente também a predisposição para a estabilidade, a alcançar não a qualquer preço, mas na base do aprofundamento de transparéncia da acção política, garantindo-se a segurança e o desenvolvimento em coesão social. A lesão das expectativas, que se repercutem na esfera psicológica, individual e colectiva, por efeito dos referidos acontecimentos, determina por isso que o Estado reforce o papel de motor do investimento, recriador da esperança. Do meu ponto de vista, a resposta a estas preocupações são salvaguardadas no Orçamento para 2002, que os alcança sem prejuízo do aumento da despesa social. Por isso não poderia deixar de o votar favoravelmente, que não apenas por disciplina partidária.

Não obstante o que precede, entendi justificar-se da minha parte a apresentação da presente declaração de voto, à semelhança do procedimento que adoptei na aprovação do Orçamento para 2001. As razões que levaram a essa declaração de voto mantêm-se no fundamental, pelo que as dou aqui por reproduzidas.

Acrescem agora razões acrescidas que o justificam, sendo dever-direito de qualquer Deputado fazê-lo se entende, como entendo, que assim ajuda à transparéncia, à dignificação do Parlamento e à sua credibilização.

É que o Deputado, nos termos constitucionais, representa toda a Nação e não apenas os cidadãos da sua região de eleição. Em concreto, é sabido que, em resultado das alterações ocorridas no mundo, com a queda da bipolaridade, se aceleraram os mecanismos da sociedade de informação e do conhecimento. Se é assim, toda ou quase toda a informação é aberta e ao alcance dos cidadãos. A relação de transparéncia dos partidos entre si, destes com os Deputados e do conjunto perante a Nação e vice-versa, impõe, por razões de estreitamento de inter-relacionamento, que os cidadãos entendam e conheçam a orgânica de funcionamento das instituições e no que ao Parlamento respeita os deveres-direitos dos grupos parlamentares e dos Deputados.

Neste domínio o Deputado age como mero cidadão? Como militante partidário? Como representante da Nação sem restrições? O seu sentido de voto é sempre livre? Em todas as circunstâncias? E a autonomia dos partidos?

A forma como o Orçamento para 2002 foi votado não altera por isso as interrogações suscitadas em 2001. Uma recente lei aprovada no Parlamento, que por impulso de ruptura de um acordo interpartidário existente, que existe

em todos os Parlamentos democráticos do mundo, e que determinou dúvidas na opinião pública sobre as responsabilidades dos Deputados, mais justifica o reforço de transparência e do conhecimento da orgânica do funcionamento das instituições democráticas, que sejam claramente perceptíveis pela opinião pública.

O esforço na definição dos conceitos sobre o alcance do direito-dever de intervenção dos cidadãos, de militante e suas limitações ou não, nomeadamente enquanto Deputados, está na ordem do dia. Urge que os partidos, que enquanto tais representam uma parte

da Nação e não a totalidade dela, os aprofundem, o que parece tardar.

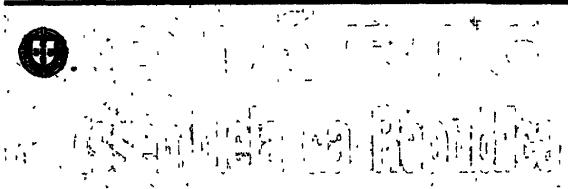
O Deputado do PS, *Vitor Ramalho*.

Faltaram à sessão os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social Democrata (PSD):

Domingos Duarte Lima

A DIVISÃO DE REDACÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL.



Depósito legal n.º 8818/85

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.

1 — Preço de página para venda avulso, € 0,05/10600 (IVA incluído).

2 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Outubro, Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa.

3 — O texto final impresso deste *Diário* é da responsabilidade da Assembleia da República.

PREÇO DESTE NÚMERO (IVA INCLUÍDO 5%)

€ 1,00 — 200\$00

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e assinaturas do «*Diário da República*» e do «*Diário da Assembleia da República*», deve ser dirigida à administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A., Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 - 1099-002 Lisboa